

Itaguaçu da Bahia
Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias
do período findo
em 31 de março de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações de resultado abrangente	7
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias do período findo em
31 de março de 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DO PERÍODO FINDO EM

EM 31 DE MARÇO DE 2018 e DEZEMBRO 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017			31/03/2018	31/12/2017		
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	109	78	117	104	Fornecedores	9	196	142	545	684
Despesas antecipadas		2	-	44	37	Obrigações - folha de pagto.		364	309	364	309
Outros créditos		59	95	59	95	Tributos e contribuições a recolher		10	14	25	29
Tributos a compensar		324	322	362	360			<u>570</u>	<u>465</u>	<u>934</u>	<u>1.022</u>
		<u>494</u>	<u>495</u>	<u>582</u>	<u>596</u>						
Não circulante						Não circulante					
Coligadas e Controladas	5	75.390	75.113	-	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	10	76.143	75.649	76.143	75.649
Créditos a receber		-	-	1	1	Contrato de cessão de direitos		-	-	5.407	5.325
		<u>75.390</u>	<u>75.113</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	Provisão para passivo a descoberto	11a	870	789	-	-
						Retenção contratual		-	-	14	14
								<u>77.013</u>	<u>76.438</u>	<u>81.564</u>	<u>80.988</u>
Imobilizado						Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)					
Imobilizado em Curso	7	4	4	19.655	19.639	Capital social	12	27.137	27.137	27.137	27.137
(-)Impairment		-	-	(13.665)	(13.665)	(-)Capital a Integralizar		(2.384)	(2.384)	(2.384)	(2.384)
		<u>4</u>	<u>4</u>	<u>5.990</u>	<u>5.974</u>	Prejuízo acumulado		<u>(26.448)</u>	<u>(26.044)</u>	<u>(26.448)</u>	<u>(26.044)</u>
Intangível						Total do patrimônio líquido					
Intangível	8	-	-	74.230	74.148			<u>(1.695)</u>	<u>(1.291)</u>	<u>(1.695)</u>	<u>(1.291)</u>
		-	-	74.230	74.148			<u>75.888</u>	<u>75.612</u>	<u>80.803</u>	<u>80.719</u>
Total do Ativo						Total do Passivo e Patrimônio Líquido					
		<u>75.888</u>	<u>75.612</u>	<u>80.803</u>	<u>80.719</u>			<u>75.888</u>	<u>75.612</u>	<u>80.803</u>	<u>80.719</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.Demonstrações financeiras intermediárias do período findo em
31 de março de 2018DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O PERÍODO FINDOS
EM 31 DE MARÇO DE 2018 e MARÇO DE 2017
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	13	(180)	(186)	(256)	(1.811)
<i>Pessoal</i>		266	(62)	369	(855)
<i>Administradores</i>		(281)	(76)	(371)	(451)
<i>Material</i>		(5)	(5)	(6)	(5)
<i>Serviço de Terceiros</i>		(147)	(43)	(231)	(500)
<i>Outros</i>		(13)	-	(17)	-
Depreciação		-	-	(2)	(2)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(81)	(1.630)	-	-
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros		<u>(261)</u>	<u>(1.816)</u>	<u>(258)</u>	<u>(1.813)</u>
Receitas financeiras		-	9	-	9
Despesas financeiras		<u>(143)</u>	<u>(13)</u>	<u>(146)</u>	<u>(16)</u>
		(143)	(4)	(146)	(7)
Lucro (Prejuízo) operacional do período		<u>(404)</u>	<u>(1.820)</u>	<u>(404)</u>	<u>(1.820)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias do período findo em
31 de março de 2018

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO FINDOS
EM 31 DE MARÇO DE 2018 e MARÇO DE 2017
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Resultado do período	<u>(404)</u>	<u>(1.820)</u>	<u>(404)</u>	<u>(1.820)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangentes totais	<u><u>(404)</u></u>	<u><u>(1.820)</u></u>	<u><u>(404)</u></u>	<u><u>(1.820)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.Demonstrações financeiras intermediárias do período findo em
31 de março de 2018DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO FINDOS
EM 31 DE MARÇO DE 2018 e MARÇO DE 2017
(Em milhares de Reais)

	Consolidado			Total
	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízo acumulado	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>27.137</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(167.482)</u>	<u>(142.729)</u>
Prejuízo do período	-	-	(1.820)	(1.820)
Saldo em 31 de março de 2017	<u>27.137</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(169.302)</u>	<u>(144.549)</u>
Lucro do período	-	-	143.258	143.258
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	<u>27.137</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(26.044)</u>	<u>(1.291)</u>
Prejuízo do período	-	-	(404)	(404)
Saldo em 31 de Março de 2018	<u>27.137</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(26.448)</u>	<u>(1.695)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.Demonstrações financeiras intermediárias do período findo em
31 de março de 2018DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDOS
EM 31 DE MARÇO DE 2018 e MARÇO DE 2017
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Lucro (Prejuízo) do exercício	(404)	(1.820)	(404)	(1.820)
Ajustados por:				
Depreciação e amortização	-	-	2	2
Equivalência patrimonial	81	1.630	-	-
Resultado ajustado	(323)	(190)	(402)	(1.818)
Redução (Aumento) dos ativos				
Despesas antecipadas	(2)	(2)	(7)	(9)
Outros créditos	36	(1)	36	(1)
Tributos a compensar	(2)	(2)	(2)	(2)
Caixa Líquido de transferencia de Ações				
Aumento (Redução) dos passivos				
Fornecedores	54	74	(139)	103
Obrigações estimadas	55	123	55	123
Tributos e contribuições a recolher	(4)	(77)	(4)	(84)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(186)	(75)	(463)	(1.688)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	-	-	(18)	(363)
Adiantamento para futuro aumento de capital das SPE's	(277)	(1.978)	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(277)	(1.978)	(18)	(363)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	494	3.570	494	3.570
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	494	3.570	494	3.570
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	31	1.517	13	1.519
Demonstração da (redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	78	889	104	943
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	109	2.406	117	2.462
	31	1.517	13	1.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras intermediárias

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. (IBER ou Companhia), uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 2 de junho de 2015, a partir da associação de Furnas Centrais Elétricas S.A. com o Salus Fundo de Investimento em Participações e a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. para atuar como holding de gestão do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (Complexo), composto por dez parques eólicos situados no município de Itaguaçu da Bahia no Estado da Bahia.

O Complexo possuirá 280 MW de potência instalada e comercializou, no Leilão 10/2013 A-5 de 2013, um total de 125,6 MW médios, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) por 20 anos, a partir de maio de 2018. Serão instalados 140 aerogeradores de potência nominal de 2 MW e deverá ser implantada uma rede de distribuição de 34,5kV, interligando os parques eólicos à duas subestações de elevação compartilhadas de 34,5kV para 230kV, utilizando-se de uma linha de transmissão de 230kV, com cerca de 36km de extensão ligando o Complexo ao Sistema Interligado Nacional através da futura subestação denominada Gentio do Ouro II, também no Estado da Bahia.

Conforme exigido pelo Leilão, para implantação e exploração do Complexo foram constituídas Sociedades de Propósito Específico (SPE) para se estabelecerem como Produtoras Independentes de Energia Elétrica.

As sociedades investidas da IBER, que compõem o Complexo obtiveram a concatenação de prazos com os empreendimentos de transmissão licitados em 09 de janeiro de 2015, conforme Nota Técnica da ANEEL nº 225 de 02 de abril de 2015 e respectivo Despacho nº 1.567 de 19 de maio de 2015. Esta medida poderá mitigar riscos as sociedades investidas de possíveis perdas por atraso na conclusão das obras de transmissão.

O custo estimado da construção do Parque Eólico é de cerca de R\$ 1,58 bilhão. Os recursos necessários para a construção do Parque Eólico de Itaguaçu da Bahia serão viabilizados por meio de uma estrutura financeira de "Project Finance", envolvendo aporte de capital pelos acionistas das SPE's e captação de financiamento de longo prazo e empréstimo ponte no curto prazo junto ao BNDES e Instituições Financeiras.

As atividades da IBER se iniciaram em agosto de 2015, sendo que os aportes iniciais de capital para constituição ocorreram em 2 de junho de 2015 no valor de R\$ 1, divididos por 49% da parte do FIP Salus, de 2% da parte da Casa dos Ventos e 49% da parte de Furnas.

A IBER tem por objeto social o investimento nas sociedades SPE's Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A., a comercialização de energia produzida por estas empresas, a realização

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias do período findo em
31 de março de 2018

de estudos, projetos, comissionamento e testes, operação e manutenção, gerenciamento e supervisão, incluindo a contratação de terceiros, a participação em projetos de geração de energia de fonte renovável, tais como solar, eólica, e de biomassa, desde que na localidade de Itaguaçu da Bahia, Estado da Bahia.

Em 31 de março de 2018, o capital social autorizado da IBER é de R\$ 630 milhões.

O ato societário de transferência de controle teve seu registro finalizado em 03 de dezembro de 2015 na JUCERJA. Para o fechamento do exercício de 2015 já foram considerados os efeitos contábeis e financeiros da formação do grupo econômico, incluindo o cálculo da equivalência patrimonial e consequente consolidação das demonstrações financeiras.

Na data de 06 de agosto de 2015 foi assinado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, por meio do qual o acionista FIP Salus – Fundo de Investimento vende suas cotas para o acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. de acordo com o item 10.17.1 do Acordo de Acionistas. Este documento passou pela análise do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e foi aprovado em 14/09/2015 e publicado no DOU em 15/09/2015. O processo foi protocolado no SEST – Secretaria de Governança e Coordenação das Empresas Estatais, e até a emissão destas demonstrações financeiras, o processo ainda se encontra sob análise.

Este movimento societário fará com que a IBER e suas subsidiárias passem a ter o controle de capital público, consequentemente transformando-se em empresa pública após aprovação do SEST.

Todo o projeto do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia foi impactado pela falta de definição do fornecedor dos aerogeradores. Esta situação foi causada pelos problemas ocorridos com o fornecedor que tinha um pré-contrato assinado com o consórcio que participou no Leilão 10/2013 A-5 de 2013.

O Acionista Furnas Centrais Elétricas S.A., na qualidade de líder do consórcio, assinou pré-contrato de fornecimento, seguro, montagem, supervisão de montagem, testes de fábrica e campo, comissionamento, operação e manutenção dos aerogeradores com a WPE (IMPSA). Importante ressaltar que o referido pré-contrato responde por cerca de 65% do CAPEX global do Complexo Eólico, não tendo havido, até o momento, qualquer pagamento por parte das SPE's que, nos termos do pré-contrato, sucederam o Consórcio nos direitos e obrigações perante a WPE (IMPSA).

Contudo, considerando-se que em 23 de março de 2015, a WPE (IMPSA) entrou em processo de recuperação judicial, comprometendo o fornecimento dos aerogeradores, a Administração vem, assessorada por escritório de advocacia especializado, adotando medidas judiciais necessárias à denúncia do pré-contrato assinado pelos sócios e sucedidos pelas SPE's.

Conforme decisão do Conselho de Administração das SPE's em reunião realizada no dia 27/08/2015, (Parecer Jurídico e carta SP.N.E.012.2015 - Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações da DN – Diretoria de Gestão de Novos Negócios de Participações de FURNAS), foi definido iniciar o processo de contratação do fornecedor substituto de aerogeradores.

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias do período findo em
31 de março de 2018

A administração elaborou o Edital de concorrência pública, em conformidade com a lei 8.666/93, considerando a possível mudança do controle privado para controle público.

Desta forma a IBER passará a assumir as responsabilidades de gestão dos casos acima relatados e vem maximizando os seus esforços para ajustar o mínimo possível os cronogramas de implantação do Complexo Eólico, desenvolvendo os subprojetos possíveis de serem executados sem a definição dos Aerogeradores, tais como: Licenciamento ambiental; Implantação das torres anemométricas; Melhoria nos acessos e a Contratação do BOP Elétrico. Foi desenvolvido um novo cronograma de implantação e um plano de ação implementado para se buscar cumprir os prazos de entrega de energia, dentro das regras do Leilão 10/2013 A-5.

O processo licitatório CO.IBER.001.2015 lançado no final de 2015 não foi efetivado, em virtude das empresas participantes não estarem habilitadas e finalizado o processo em janeiro/2016.

Em 31 de março de 2016, foi realizada nova Audiência Pública, processo CO.IBER.001.2016 conforme determina o artigo 39 da Lei 8.666/93, que resultou em 716 questionamentos feitos pelas empresas participantes. Todas as contribuições foram analisadas e devido às alterações substanciais na minuta do Edital e seus anexos, se fez necessário uma nova Audiência Pública, a qual finalizou-se no dia 30/06/2016, com o recebimento de novas contribuições que totalizaram 253 questionamentos de empresas participantes.

Em 18 de julho de 2016, a IBER, após todas as análises e contribuições de melhorias sugeridas, publicou o Edital para aquisição, montagem e manutenção dos aerogeradores para o Complexo de Itaguaçu da Bahia. Em agosto de 2016, foram recebidos os Documentos de Habilitação e Proposta de uma única empresa, que não foi habilitada tecnicamente, resultando a licitação fracassada. Desta maneira, no dia 14 de outubro de 2016, a IBER publicou novo Edital para recebimento das propostas até o final da primeira quinzena de novembro, sendo que não houve interessados em participar da sessão pública.

Diante da ausência de interessados em participar da sessão, foi publicado no D.O.U do dia 21/11/2016 a decisão de suspender o certame sine die para melhor avaliação das condições de contratação, sendo reaberto o prazo para entrega da documentação de habilitação e proposta em 08/12/2016, após as devidas adequações nos instrumentos editalícios em função dos principais motivos apresentados pelos fornecedores.

Em evento subsequente na data de 09 de janeiro de 2017, foi realizada sessão pública para abertura da documentação de habilitação de um único fornecedor, que após habilitado, teve sua proposta comercial aberta em sessão pública ocorrida em 25 de janeiro de 2017, a qual encontra-se em análise pela IBER.

1.1 Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D

Como a WPE teve iniciado processo de derrocada econômico-financeira, passando a apresentar irremediáveis sinais de dificuldades, deixando de cumprir suas obrigações, o que culminou na autorização ao processamento de sua recuperação judicial.

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias do período findo em
31 de março de 2018

Como se não bastasse, a WPE baseou a viabilidade do Plano de Recuperação Judicial apresentado, na manutenção dos pré-contratos celebrados com os Complexos, alegando que deles dependiam o soerguimento da empresa.

Diante das dificuldades supracitadas e o consequente atraso do cronograma de implantação dos empreendimentos, as Sociedades estariam expostas a aplicação de penalidades regulatórias previstas nos CCEARs e no Edital do Leilão pela não entrega da energia comercializada no prazo determinado nas Outorgas.

Como é de conhecimento geral e amplamente noticiado na imprensa nacional, atualmente o mercado de energia opera em sobre contratação de energia elétrica.

As Resoluções normativas nºs 693/2015 e 727/2016, que estabelecem as diretrizes para realização do Mecanismo de Compensação de Sobras e déficits “MCSD”, que se configurou como uma medida do governo para minimizar o problema de sobra de energia nova do país, que permite que agentes que comercializaram energia no Ambiente Regulado desconstrassem seus montantes totais ou parciais de energia vendida por meio de leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Considerando a correspondência SP.N.E.009.2017, de 19/04/2017, que informou ter o Conselho de Administração de FURNAS aprovado a inscrição das usinas eólicas do Complexo de Itaguaçu da Bahia nesse Mecanismo (MCSD EN A4+), determinando que fossem tomadas todas as providências necessárias à participação;

Em 08/05/2017, as Sociedades procederam com a inscrição das Usinas eólicas no referido mecanismo e 29/05/2017 foi divulgado o resultado Final MCSD Energia Nova A4+, por meio de Comunicado CCEE nº 287/17, onde os empreendimentos tiveram êxito no Mecanismo com 100% de sua energia descontratada;

Diante do todo exposto acima, em 30/06/2017 o processo de contratação via licitação pública do fabricante de aerogeradores “WEG” foi revogado, o que ocorrerá sem ônus financeiro para a IBER, conforme previsto nas regras da lei de licitações.

1.2 Provisão para *impairment* e contrato oneroso

A companhia em 08/05/2017, procedeu com a inscrição das Usinas eólicas no referido mecanismo e 29/05/2017 foi divulgado o resultado Final MCSD Energia Nova A4+, por meio de Comunicado CCEE nº 287/17, onde os empreendimentos tiveram êxito no Mecanismo com 100% de sua energia descontratada.

Em decorrência da descontração ocorrida em 08/05/2017, no mecanismo (MCSD EM A4+) a administração da Companhia em 31 de dezembro de 2017, decidiu baixar contabilmente todo o efeito do contrato oneroso no valor de R\$ 68.826, e todo efeito do *impairment* no valor de R\$ 91.628.

A administração adotou os conceitos avaliação do seu investimento a valor justo, no qual foi apurado uma provisão em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 13.665.

1.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

A conclusão e emissão das Demonstrações financeiras da controladora e consolidado, foram aprovadas pela Diretoria da companhia em 11 de abril de 2018.

2 Bases de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras da Companhia, compreendem:

1) Demonstrações consolidadas

As Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As Demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

a. Base de consolidação

As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da IBER e das seguintes controladas integrais:

Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.

Na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas as Demonstrações financeiras das sociedades controladas na mesma data das demonstrações da controladora.

Os saldos e as transações entre as companhias foram eliminados nas Demonstrações financeiras consolidadas.

b. Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da IBER e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculo das Demonstrações financeiras descritas em detalhes abaixo foram aplicados de acordo com aquelas que já eram aplicadas na companhia no período findo em 31 de dezembro de 2017, publicadas em 20/04/2018, mantendo a uniformidade.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As Demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas, são eliminados na preparação das Demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação nas investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia cede e transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDI estão mensuradas ao seu valor justo na data do balanço.

(i) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

a) Fornecedores

Referem-se a serviços necessários as operações da Companhia e suas controladas, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

(ii) Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

a) Reconhecimento e mensuração

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(ii) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. São

submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) quando existirem indícios de possível perda de valor.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(iii) Intangível

Refere-se ao custo de software e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. São submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) quando existirem indícios de possível perda de valor.

(i) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis da unidade geradora de caixa ou intangíveis, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado.

(iv) Resultado

As atividades da IBER se iniciaram em agosto de 2015, sendo que os aportes iniciais de capital para constituição ocorreram em 2 de julho de 2015 no valor de R\$ 1, divididos por 49% da parte do FIP Salus, de 2% da parte da Casa dos Ventos e 49% da parte de Furnas.

3.1 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações, resumidas abaixo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 - Receita de contratos de clientes;
- *IFRS 16 Leases (Arrendamentos)*
- Modificações às IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo biológico e Produto agrícola;
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
- Modificação às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014;
- Modificações às IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras;
- Modificações o CPC 10 (IFRS 2)
- Modificações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18

Investimento em Coligada (IAS 28)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração não espera que estas novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e saldos em conta corrente bancária	-	1	2	1
Aplicações financeiras	109	77	115	103
Total	109	78	117	104

Tendo em vista a utilização imediata dos fundos de recursos da Companhia, as aplicações financeiras possuem características de aplicação de curtíssimo prazo diretamente em conta corrente no Banco Bradesco, com o objetivo de remunerar o saldo diário através do CDI – Certificados de Depósito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira). Por esta razão, foram considerados como equivalentes de caixa.

5 Coligadas e controladas

Os saldos classificados no ativo não circulante, na controladora, referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital nas SPE's, visando suportar as despesas administrativas e técnicas, rateadas entre as Companhias ligadas ao Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia. Estes recursos serão totalmente integralizados como capital social em 2018.

	Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	8.082	8.055
Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	7.467	7.439
Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	7.474	7.446
Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	7.524	7.497
Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	7.461	7.433
Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A.	7.526	7.498
Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	7.462	7.435
Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	7.476	7.448
Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A.	7.458	7.430
Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	7.460	7.432
	75.390	75.113

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias do período findo em
31 de março de 2018

6 Investimentos

Referem-se a valores de participações em SPE's que fazem parte do Complexo Itaguaçu da Bahia, adquiridos como parte da integralização do capital subscrito, conforme aprovado na AGE de 05 de agosto 2015 das SPE's. A formação do Grupo Econômico se deu por meio da conversão das SPE's em subsidiárias integrais da IBER.

Considerando que a Companhia apresenta participação de 100% no capital de suas investidas e o respectivo patrimônio líquido em 31 de março de 2018 está negativo, foi registrado passivo a descoberto no montante de R\$ 870.

7 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Em operação				
Móveis e Utensílios	4	4	90	92
Em curso				
Seguro (a)	-	-	285	267
Serviços de Terceiros (b)	-	-	4.894	4.894
Máquinas e Equipamentos	-	-	14.386	14.386
(-) <i>Impairment</i> (c)	-	-	(13.665)	(13.665)
Total	4	4	5.990	5.974

(a) O saldo de seguros refere-se aos prêmios apropriados de seguros de responsabilidade civil dos administradores no valor de R\$ 91 em 31 de março de 2018 e garantia de fiel cumprimento de contratos CCEAR no valor de R\$ 194 em 31 de março de 2018.

(b) Após o término da obra será reclassificado para as rubricas devidas

A controladora não possui ativo imobilizado relevante. Abaixo segue a movimentação líquida do imobilizado consolidado:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Depreciação	Reversão Provisão	Provisão p/ Perda	Saldo em 31/03/2018
Em Serviço						
Móveis e Utensílios	92	-	(2)	-	-	90
Em curso						
Seguro	267	18	-	-	-	285
Serviços de Terceiros	4.894	-	-	-	-	4.894
Máquinas e Equipamentos	14.386	-	-	-	-	14.386
(-) <i>Impairment</i>	(13.665)	-	-	-	-	(13.665)
	5.974	18	(2)	-	-	5.990

8 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Em serviço – Software	-	-	3	4
Em curso - Cessão de direitos (a)	-	-	74.227	74.144
Total	-	-	74.230	74.148

(a) Cessão de direitos

Refere-se a custo de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia, adquirido de Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., conforme contrato de 10 de novembro de 2014, a ser amortizados pelo prazo de concessão, quando da entrada em operação do parque eólico. A atualização financeira estipulada em contrato está sendo capitalizada no intangível, até o início das operações dos parques eólicos. No ano findo em 31 de março de 2018 essa capitalização montou a R\$ 84 nas controladas.

Abaixo segue a movimentação do intangível consolidado:

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Amortização	Reversão Provisão	Saldos em 31/03/2018
Em Serviço					
Software	4	-	(1)	-	3
Em curso					
Cessão de direitos	74.144	83	-	-	74.227
	74.148	83	(1)	-	74.230

9 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
M D Advogados	-	6	-	6
Maciel Auditores	-	-	12	-
Telefônica Brasil S.A	8	12	8	12
Dressler Contabilidade Empresarial S/S - EPP	37	37	40	40
Bradesco Saúde S.A	43	-	43	-
Ambientare Soluções Ambientais Ltda	-	-	333	535
Fast Shop	5	5	5	5
SELI SERVIÇOS DE LIMPEZA	9	-	9	-
Ney Alves de Carvalho Sobrinho	1	1	1	1
ALA VIRTUAL SOLUCOES INTERNET	-	2	-	2
ARAXA ASSIST TECN COM LTDA	1	1	1	1
MSTC Engenharia	6	16	6	16
KINEA RENDA IMOBILIÁRIA FUNDO DE INVESTIMENTO	42	42	42	42
Rodrigo Tupinambá Pinheiro	4	5	4	5
Leite, Tosto e Barros Advogados Associados - ME	-	-	-	4
EDIFICIO BOTAFOGO TRADE CENTER	30	-	30	-
Outros	10	15	11	15
	196	142	545	684

10 Partes Relacionadas

- a) Referem-se aos aportes efetuados pelos acionistas para futuro aumento de capital. A integralização de capital aguarda o processo de autorização do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças pela SEST, para serem convertidos em ações e levado ao capital social. O quadro abaixo identifica as origens dos saldos:

Acionista	Valor Aportado	
	31/03/2018	31/12/2017
Furnas Centrais Elétricas S.A.	73.157	72.677
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	2.986	2.972
	<u>76.143</u>	<u>75.649</u>

- b) Os saldos classificados no passivo não circulante, no consolidado, sob o título Contrato de cessão de direitos, referem-se a valor a pagar pelas SPE's à Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. em decorrência do Termo de Cessão e Transferência de Direitos de Exploração do projeto do Parque Eólico Itaguaçu da Bahia, assinado em 10 de novembro de 2014, o qual é atualizado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A parcela final vence em 2018.

	Controladora 31/03/2018			Consolidado 31/03/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contrato de cessão de direitos	-	-	-	-	5.407	5.407

11 Provisões

- a) Provisões para passivo a descoberto em controladas

Referem-se a valores de participações nas SPE's que fazem parte do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia S.A. com o Patrimônio Líquido a Descoberto.

<u>Investimentos</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Equivalência</u>	<u>31/03/2018</u>
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	214	10	224
Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	64	7	71
Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	63	8	71
Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	62	8	70
Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	61	8	69
Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A.	61	8	69
Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	64	8	72
Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	76	8	84
Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A.	61	8	69
Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	63	8	71
	<u>789</u>	<u>81</u>	<u>870</u>

12 Capital Social

Em 2 de julho de 2015, o capital social subscrito e integralizado está representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da sociedade. Em 05 de agosto de 2015, conforme

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias do período findo em
31 de março de 2018

AGE, foi aprovada a transferência de titularidade das ações das geradoras do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia, que eram dos mesmos acionistas da IBER, para integralização de capital na própria IBER para formação do grupo econômico.

Conforme ATA da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima de 02/07/2015, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 33.050 a ser integralizado com ações das dez SPE's que compõem o Complexo Itaguaçu da Bahia.

O capital social subscrito é de R\$ 27.137, do qual R\$ 24.753 foi integralizado com a incorporação de ações das investidas Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A., entrando como base o valor contábil do patrimônio líquido das investidas na data base de 30 de junho de 2015, ajustado pelo resultado incorrido das investidas até 30 de novembro de 2015, considerando que o registro do capital na JUCERJ ocorreu em dezembro de 2015. Desta forma o capital a integralizar em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 2.384.

A documentação do citado ato societário aprovada pela JUCERJA em 03 de dezembro de 2015, e foi re-ratificada junto à JUCERJ em abril de 2016, para ajustes da integralização do capital com o patrimônio das investidas em 30 de novembro de 2015, e consequente re-ratificação dos registros dos boletins de subscrição e transcrição em definitivo, após registro, no Livro de Registro de Ações da Companhia. Tal re-ratificação encontra-se registrado na JUCERJA.

A composição acionária, com base no capital integralizado em 31 de março de 2018, está demonstrada a seguir:

Capital Social	Quantidade de ações	Participação %
Furnas Centrais Elétricas S.A.	13.297.194	49,00
Salus Fundo de Investimentos e Participações	13.297.194	49,00
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	542.742	2,00
	<u>27.137.130</u>	<u>100,00</u>

O Capital a Integralizar foi registrado mediante ao Patrimônio Líquido do Balanço de 30 de novembro de 2015.

(-) Capital a Integralizar	Quantidade de ações	Participação %
Furnas Centrais Elétricas S.A.	(1.168.490)	49,00
Salus Fundo de Investimentos e Participações	(1.168.490)	49,00
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	(47.693)	2,00
	<u>(2.384.673)</u>	<u>100,00</u>

13 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	266	(62)	369	(855)
Administradores	(281)	(76)	(371)	(451)
Material	(5)	(5)	(6)	(5)
Serviço de terceiros	(147)	(43)	(231)	(500)
Outros	(13)	-	(17)	-
	<u>(180)</u>	<u>(186)</u>	<u>(256)</u>	<u>(1.811)</u>

As despesas acima referem-se a gestão administrativo-financeira e técnica da Companhia e suas investidas. As despesas totais desta gestão estão identificadas na coluna consolidado e são transferidas para as geradoras através de critérios de rateio de despesas.

14 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativo caixa e equivalentes de caixa e passivo – fornecedores são equivalentes em 31 de março de 2018.

a) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos em 31 de março de 2018, nem operou com derivativos no período. No entanto, caso haja utilização poderá ser considerada com a finalidade de evitar exposições a riscos.

b) Gestão de Capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à Administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

c) Gestão de Risco

No exercício de suas atividades, construção, operação e manutenção do Complexo Eólico de Itaguaçu da Bahia, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Empresa definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e garantindo a execução das obras de implantação do Complexo Eólico.

Os principais riscos operacionais e financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

- **Risco do fornecimento de aerogeradores**

É o principal item do imobilizado e corresponde a aproximadamente 80% do total do investimento. O risco associado seria a impossibilidade de realizar a montagem

dos aerogeradores em tempo hábil para atender os contratos do CCEAR. A ação que mitigou este risco foi a contratação dos aerogeradores em tempo hábil através de processo licitatório. A indisponibilidade do aerogerador impacta diretamente no início das atividades de *micrositing*, projeto básico e executivo e licenciamento ambiental, gerando atraso na entrada da operação comercial.

Outro risco associado aos aerogeradores seria o risco de financiamento. Este é um risco que retrata a situação de contratação de financiamento de curto e longo prazos junto a instituições financeiras de fomento em linhas de crédito aplicáveis a obras de infraestrutura. Para mitigar este risco a Companhia pretende adiantar todo o processo de financiamento de curto e longo prazos assim que os aerogeradores forem definidos.

- **Risco de construção do parque e gestão da obra**

O risco associado é o de performance e entrega. É um risco referente a contratação de fornecedores com experiência comprovada, seguros de risco de engenharia, transporte e responsabilidade civil para mitigar possíveis perdas, além de incluir nos contratos cláusulas de responsabilidade e penalidades por descumprimento. Os objetivos são os de evitar o incremento de valor do investimento, indisponibilidade, e atraso nas obras civis.

- **Risco de operação e manutenção**

Este risco trata do O&M do Complexo Eólico e está associado a necessidade de contratação de seguros de operação para cobertura de eventos classificados como força maior, guerra e greve, ações climáticas entre outras situações onde a gestão da Companhia não tenha ação por sua conta. A sua mitigado com o estudo e contratação de seguros especializados para evitar perdas financeiras.

- **Risco de obsolescência da tecnologia dos equipamentos**

A tecnologia do setor elétrico é muito antiga. Os conceitos de engenharia de linhas de transmissão e subestações pouco mudaram nas últimas décadas. Entretanto a fonte de energia do Complexo, o vento, propõe uma tecnologia mais avançada e que vem ao longo do tempo ganhando em performance e capacidade. A escolha do fornecedor de aerogeradores se dá não só pelo critério de preço, mas também pelo critério de tecnologia utilizada que deverá estar sob domínio total no mercado, ou seja, que não seja antiquada e que não seja a última versão. Com esta visão a Administração espera buscar fabricantes de peças de reposição, manter estoques de equipamentos e peças de uso crítico, dentro de um padrão tecnológico padronizado no mercado. A sua mitigação necessária para evitar a indisponibilidade de equipamentos e aerogeradores, como também sua obsolescência, influenciando diretamente na geração de energia e no caixa da Companhia.

- **Risco cambial e de descasamento de índices financeiros**

Este é risco sempre presente em qualquer tipo de negócio. A Administração acredita que deve celebrar contratos sempre reajustados pelo mesmo índice de reajuste das receitas, no caso o IPCA, e também, dar preferência para aquisições de equipamentos nacionais ou nacionalizados que tenham pouca ou nenhuma interferência de índices cambiais. A Companhia irá mitigá-lo para evitar o descasamento das variáveis financeiras da receita em contrapartida do

investimento, custos e despesas, evitando exposições financeiras a variáveis macroeconômicas.

- **Risco ambiental**

É um risco que pretende ser mitigado evitando o atraso no licenciamento de todo o Complexo Eólico e que para tal, necessitará de gestão estratégica de acompanhamento técnico junto aos órgãos ambientais e gerenciamento de condicionantes ao licenciamento.

- **Risco de regularização fundiária**

O risco fundiário consiste nos possíveis problemas de falta de liberação das faixas de servidão de passagem para a linha de transmissão do Complexo Eólico, ajuizamento de desapropriações de terrenos a serem utilizados na obra, riscos estes que aumentam os custos de indenização fundiária. A Companhia pretende mitigar estes riscos com a contratação de empresa especializada em negociar desapropriações, readequação do traçado de linhas de transmissão, criando alternativas economicamente viáveis, e principalmente pleitear junto a ANEEL a Declaração de Utilidade Pública das obras do Complexo Eólico.

- **Risco de falta de conexão ao SIN – Sistema Integrado Nacional**

A subestação de conexão ao SIN que o Complexo Eólico utilizará ainda não está construída e foi objeto do Leilão 007/2014 – Lote A, quase um ano depois do Leilão que deu origem ao Complexo Eólico de Itaguaçu da Bahia. A Administração pleiteou e conseguiu junto a ANEEL a concatenação de prazos entre o fornecimento da energia do Complexo com a entrada em operação da subestação Gentio do Ouro. A Companhia vem fazendo a gestão de relacionamento com os agentes reguladores e com a empresa vencedora do Lote A do Leilão citado acima para verificar o andamento das obras e evitar possíveis perdas financeiras para a Companhia.

15 Compromissos assumidos

A Companhia possui os seguintes principais compromissos assumidos:

- a) Em 10 de novembro de 2014, a Companhia e a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. firmaram Contrato de Cessão de Direitos decorrentes do Contrato de Arrendamento do imóvel onde será desenvolvido o Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia. Esse contrato tem vigência de 35 anos, renovado automaticamente por período sucessivo de 10 anos. As partes ainda poderão fazer uma nova prorrogação para mais 25 anos adicionais com novas condições financeiras a serem negociadas.

No período pré-operacional será pago o montante de R\$ 60 mil anualmente, tendo a primeira parcela paga em outubro de 2015. No período operacional este contrato será remunerado pelo equivalente a 1,5% da receita bruta proporcional, deduzindo impostos, taxas e contribuições, sendo divididos pelo número total de aerogeradores da Usina e multiplicados pelo número de aerogeradores efetivamente instalados no terreno arrendado.

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias do período findo em
31 de março de 2018


- b) Em 17 de dezembro de 2014, as Sociedades do Complexo Itaguaçu assinaram os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, cujo compromisso de entrega da energia inicia-se em maio de 2018, podendo ser antecipado para janeiro de 2018, de acordo com o Edital ANEEL 010/2013, conforme previsão do Plano de Negócios das Sociedades, devidamente aprovado pelos Acionistas. Abaixo apresentamos um quadro onde destacamos a energia comercializada no CCEAR:

Parque/SPE	GF (*) (MWmed)	Energia Contratada	Preço de Venda (Base Dez/13)(**)
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	14,0	12,1	123,99
Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	14,2	12,2	124,41
Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	14,7	12,7	124,33
Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	13,6	11,7	123,83
Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	15,2	13,1	124,03
Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A.	16,1	13,9	124,04
Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	14,4	12,4	124,34
Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	14,7	12,7	124,08
Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A.	15	12,9	124,38
Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	13,8	11,9	124,14
Total / Preço médio	145,7	125,6	124,16

(*) não auditado pelos auditores

(**) valores em centavos de reais

- c) Em 28 de maio de 2015 foi assinado contrato com a empresa Elecnor do Brasil Ltda., para a implantação do sistema de transmissão associado ao Complexo de Itaguaçu da Bahia, sob o regime de empreitada integral, modalidade “turn key”, dos bens e prestação de serviços referente: (i) às redes de distribuição em 34,5 kV entre os aerogeradores e as respectivas subestações; (ii) às duas subestações de 34,5/230 kV Itaguaçu da Bahia e I e II (1 x 160 MVA cada); (iii) à Linha de Transmissão 230 kV Circuito Simples entre as Subestações I e II e à Linha de Transmissão 230 KV Itaguaçu da Bahia I até a SE Gentio de Ouro II; (iv) ao bay de entrada da SE Gentio do Ouro II para conexão ao SIN e demais itens, denominado BOP Elétrico do Complexo Itaguaçu da Bahia. O contrato tem vigência de 36 meses a contar da assinatura e totaliza R\$ 109.168, já contando com a aplicação do benefício REIDI.


José Luiz Oliveira de Aguiar
Diretor Administrativo - Financeiro


Marcus Vinicius do Nascimento
Diretor Técnico


Contadora: Maria Inês Dressler
CRC: RS-049754/O-4T-SC